

## **Avaliação Externa das Escolas** **Relatório de escola**

**Escola Secundária com 3.º Ciclo**  
**Soares Basto**

**Delegação Regional do Norte da IGE**

**Datas da visita: 3 e 4 de Novembro de 2008**

## I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da **Escola Secundária com 3.º ciclo Soares Basto** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **3 e 4 de Novembro de 2008**.

Os capítulos do relatório — caracterização da escola, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

**O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela escola, será oportunamente disponibilizado no sítio da IGE em: [www.ige.min-edu.pt](http://www.ige.min-edu.pt)**

### Escala de avaliação

#### Níveis de classificação dos cinco domínios

**MUITO BOM** – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**BOM** – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**SUFICIENTE** – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

**INSUFICIENTE** – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

## II - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária com 3.º ciclo Soares Basto, situada na cidade de Oliveira de Azeméis, recebe alunos provenientes predominantemente das freguesias do centro e sul deste concelho. Em 2008/2009, frequentam a escola 1026 alunos: 168 no 3.º ciclo do Ensino Básico, 57 nos cursos de educação e formação, 342 no Ensino Secundário Regular, 379 nos cursos profissionais, 51 nos cursos de educação e formação de adultos de nível básico e secundário e 29 no Ensino Secundário Recorrente por módulos capitalizáveis. Dos 946 discentes, em regime diurno, 1% são alunos com necessidades educativas especiais, 34% são subsidiados pela acção social escolar e 2% usufrui de Bolsas de Mérito. No âmbito do Ensino para a Qualificação de Jovens e Adultos, a escola constituiu-se em Centro de Reconhecimento e Validação de Conhecimentos e Competências, tendo cerca de 1600 adultos em certificação de nível básico e secundário.

O levantamento das habilitações literárias dos pais/encarregados de educação revela que 4% têm habilitações superiores ao 12.º ano, 8% o Ensino Secundário, 12% o 3.º ciclo, 23% o 2.º ciclo, 17% o 1.º ciclo e 5% não têm habilitações, não se encontrando identificadas as habilitações dos restantes 31% dos pais/encarregados de educação. Quanto às profissões exercidas pelos pais/encarregados de educação, a sua distribuição mostra que 26% pertencem à categorização de pessoal das indústrias, 11% à de pessoal de serviços e comércio, 9% à de pessoal altamente qualificado, 4% à de pessoal de qualificação intermédia, 1% à de pessoal da agricultura e pescas e os restantes 49% exercem outras profissões que não se encontram enquadradas na categorização utilizada. Uma análise das habilitações literárias conjugada com as ocupações dos pais/encarregados de educação permite concluir que a escola é frequentada por uma população discente heterogénea, oriunda de diversos grupos sociais.

A equipa docente é constituída por 144 professores, dos quais 69% são do quadro da escola, 8% são professores do quadro destacados na escola, 8% são professores do quadro de zona pedagógica e 15% são contratados. O pessoal não docente é constituído por 59 funcionários, dos quais 36 são auxiliares de acção educativa 2 cozinheiras, 4 ajudantes de cozinha, 10 funcionários administrativos, 1 psicóloga, 5 técnicos superiores de 2.ª classe e 1 técnico profissional principal. Estão, ainda, colocados 3 funcionários, no âmbito do Programa Ocupacional do Centro de Emprego.

O edifício, construído de raiz, em 1962, para funcionar como Escola Comercial e Industrial, tem sido objecto de obras de requalificação e modernização. Actualmente, a escola dispõe de um novo edifício, onde funciona o bufete, a sala de alunos e o centro de recursos. Nos vários espaços existe material didáctico e equipamento informático e laboratorial, em conformidade com as aprendizagens que neles se realizam.

## III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

### 1. RESULTADOS

BOM

Os resultados académicos apresentam uma evolução positiva, situando-se, em 2008, as taxas de transição/conclusão no 3.º ciclo e nos cursos científico-humanísticos do Ensino Secundário, à excepção do 12.º ano, no intervalo 82% a 94%. Nos cursos de educação e formação e nos cursos profissionais, frequentados por cerca de 49% da população discente, a taxa de transição/conclusão regista valores elevados, rondando os 100% nos cursos profissionais. Nos exames nacionais de Língua Portuguesa e Matemática do 9º ano, de 2006 a 2008, observa-se uma progressão nos resultados, acompanhando a tendência da média nacional. No Ensino Secundário, nos exames nacionais de Português, História, em 2006 e 2007, e de Matemática, em 2006, 2007 e 2008, verifica-se que as variações anuais dos resultados dos alunos apresentam, em regra, uma tendência idêntica à das médias nacionais. Em Matemática, as médias das classificações obtidas em exame, em 2007 e 2008, são positivas, mas inferiores às médias nacionais e próximas das médias das classificações internas. O mesmo não se observa, em 2008, em Português e História, onde as médias das classificações de exame regrediram, situando-se abaixo das médias nacionais e distanciando-se das médias das classificações internas.

Os órgãos e as estruturas de coordenação educativa monitorizam os resultados dos alunos e comparam os resultados alcançados com referenciais nacionais e com os de outros estabelecimentos de ensino com características idênticas ou da mesma região e cotejam a média das classificações internas com a obtida nos exames nacionais do 3.º ciclo e do Ensino Secundário. O abandono escolar tem vindo a diminuir gradualmente, tendo a escola montado mecanismos de prevenção de situações de alunos em risco de abandono.

Não há problemas assinaláveis de indisciplina. Os alunos participam nos projectos e actividades implementadas na escola, colaborando e co-responsabilizando-se em iniciativas que promovam uma vivência activa da cidadania. A escola investe na relação do saber com a sua aplicação prática, em projectos de intervenção cívica e na atribuição de prémios, contribuindo para a valorização da educação dos alunos. Este facto é reconhecido pelos alunos e pelos pais/encarregados de educação que manifestam expectativas elevadas em relação às aprendizagens dos seus educandos.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

BOM

A articulação intra-departamental, ainda que não consolidada, tem sido promovida pelas coordenações de Departamentos, através da articulação dos conteúdos das várias disciplinas/ano de escolaridade, da definição dos critérios de avaliação, do estabelecimento de metas mensuráveis no âmbito dos resultados escolares e do planeamento conjunto de actividades e projectos integradores das diversas áreas disciplinares. Já a articulação inter-departamental, a sequencialidade inter-ciclos de aprendizagem e a ligação com escolas básicas do 2.º e 3.º ciclos são ténues, sugerindo espaços de ampla margem de melhoria. O acompanhamento da prática lectiva em contexto de sala de aula não está, ainda, incrementado na escola, sendo a supervisão pedagógica realizada, de forma indirecta, nos momentos em que se procede à verificação do cumprimento dos programas, à elaboração das planificações e à monitorização dos resultados escolares.

É patente o empenho da liderança de topo e intermédia, dos professores e dos funcionários com a inclusão de todos os alunos, sem prejuízo da adopção de estratégias de diferenciação positiva que garantam a igualdade de oportunidades no acesso aos bens educativos. Os Conselhos de Turma, os Serviços de Psicologia e Orientação e a docente da educação especial desenvolvem uma acção atenta e procuram agir precocemente, identificando as estratégias de apoio mais adequadas e monitorizando os resultados do apoio implementado. A oferta educativa diversificada e ajustada às necessidades do meio e às expectativas dos alunos, das famílias e da comunidade local, a variedade de projectos e actividades, o fomento do ensino experimental das ciências e visitas de estudo a empresas e locais de interesse histórico e cultural traduzem a abrangência do currículo e a valorização dos saberes.

## 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

As grandes linhas orientadoras do Projecto Educativo, construído de forma participada, constituem-se como quadro de referência para a definição dos planos de acção da escola. Todavia, a ausência de uma prática generalizada de concretização e quantificação das metas a alcançar não permite à escola monitorizar a eficácia dos processos estratégicos implementados.

A Direcção assume um papel fundamental no planeamento e na organização das actividades referentes ao ano escolar, bem como na divulgação de informações úteis relativas ao funcionamento da organização escolar, através da página da escola na Internet, aspectos que são reconhecidos pela comunidade educativa. Existe uma adequada gestão dos recursos humanos a nível do serviço docente e do trabalho realizado pelo pessoal auxiliar e administrativo. Há, também, um Plano de Formação que contempla acções de formação para o pessoal docente. Já a formação do pessoal não docente tem sido esporádica por impossibilidade de resposta do Centro de Formação de Escolas e de soluções alternativas da escola.

A escola tem vindo a obter recursos financeiros que investe na modernização e adequação das instalações, dos equipamentos e material didáctico à sua diversificada oferta formativa, tendo em vista criar condições propícias a um ensino de qualidade e garantir a equidade no acesso aos bens educativos a todos os alunos. Essa preocupação com a equidade e com a inclusão de todos os alunos passa, também, pelo ajustamento da oferta educativa à diversidade de capacidades e expectativas dos alunos e pela diferenciação positiva dos apoios, quer sejam de carácter socioeconómico, quer respeitem às dificuldades de aprendizagem ou necessidades educativas especiais.

A participação dos pais/encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos, apesar das estratégias desenvolvidas pela escola, é, ainda, pouco significativa, cingindo-se, essencialmente, à sua representação nos órgãos onde têm assento. Já a Associação de Pais/Encarregados de Educação participa activamente e sente-se bastante identificada com a escola, valorizando o trabalho de articulação com o órgão de gestão e cooperando na resolução de problemas de funcionamento. Há, também, um bom relacionamento da escola com a comunidade envolvente.

#### 4. LIDERANÇA

BOM

A Direcção define objectivos, de acordo com as prioridades estabelecidas no Projecto Educativo, e desenvolve um programa de intervenção ajustado à escola e às necessidades de qualificação sociocultural da comunidade educativa. A ausência de metas claras no Projecto Educativo (à excepção das estabelecidas em 2007, a nível dos resultados) não permite, todavia, à escola delinear, de modo explícito, estratégias para o futuro.

A Direcção pratica uma gestão motivadora do comprometimento e responsabilidade dos diferentes órgãos e estruturas de coordenação educativa da escola. Os órgãos de gestão procuram trabalhar de forma articulada e em complementaridade e as lideranças intermédias, apesar das fragilidades reveladas no exercício das suas funções, mostram-se empenhadas na definição e implementação de estratégias de melhoria dos resultados escolares.

A escola está orientada para a procura de parcerias/protocolos que potenciem a sua acção educativa e sejam uma forma adicional de financiamento das actividades, revelando capacidade de inovação na diversidade da oferta formativa, de actividades de enriquecimento curricular, de projectos nacionais e internacionais, das novas tecnologias de informação e comunicação e da adesão a novas ofertas curriculares no âmbito do Programa Novas Oportunidades.

#### 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

BOM

Em 2005, a Secção de Avaliação do Conselho Pedagógico iniciou um processo de auto-avaliação sobre todas as áreas de funcionamento da escola, tendo os resultados permitido a identificação de pontos fortes e de áreas de melhoria que serviram de suporte à construção do Projecto Educativo. Em 2007, a Secção de Avaliação reiniciou o processo no campo dos resultados escolares. Nesse âmbito, a escola estabeleceu metas avaliáveis e elaborou planos de melhoria, cuja avaliação tem servido para actuar correctivamente. Trata-se, no entanto, de um processo de auto-avaliação, ainda, não sistemático que carece de um maior envolvimento da comunidade educativa, do alargamento a outras áreas de funcionamento da escola e do aperfeiçoamento de métodos e de processos.

Fruto do empenho em criar mecanismos de auto-avaliação, a escola conhece os seus pontos fortes e fracos e apoia-se neles para fomentar estratégias conducentes ao seu desenvolvimento. Está atenta às oportunidades e identifica os constrangimentos para, embora não de forma planeada e explícita, implementar processos estratégicos que possam garantir a sustentabilidade do seu progresso.

## IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

### 1. RESULTADOS

#### 1.1 SUCESSO ACADÉMICO

Em 2007/2008, as taxas de transição/conclusão no 3.º ciclo e no Ensino Secundário Regular, à excepção do 12.º ano dos cursos científico-humanísticos, situam-se no intervalo 82% a 94%. Os resultados obtidos nos exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática do 9º ano, de 2006 a 2008, apresentam uma tendência ascendente, acompanhando a tendência da média nacional. No que concerne à relação da classificação obtida em exame/classificação interna, de 2006 a 2008, regista-se uma evolução positiva, especialmente na disciplina de Matemática, onde, em 2008, a média da classificação de exame é inferior em 0.2 à da classificação interna. No Ensino Secundário, nas disciplinas de Português e História, a média das classificações dos alunos internos obtida em exame nacional - 1.ª fase, nos anos de 2006 e 2007, é superior à média nacional e inferior em 2008. Já na disciplina de Matemática, a média das classificações dos alunos internos obtida em exame nacional - 1.ª fase, apesar de registar uma evolução positiva de 2006 a 2008, situa-se abaixo da média nacional, em 2008. Nos cursos de educação e formação e nos cursos profissionais, frequentados por cerca de 49% da população discente, a taxa de transição/conclusão regista valores elevados, rondando os 100% nos cursos profissionais. A monitorização do (in) sucesso nos diferentes níveis de ensino é realizada no Conselho de Turma e nos Departamentos e Assessorias Disciplinares, bem como a consequente definição de estratégias individuais de remediação. A partir da informação gerada pelos Conselhos de Turma são produzidos gráficos trimestrais que são analisados pelo Conselho Pedagógico, pelas estruturas de coordenação educativa e pela Secção de Avaliação que reflectem sobre o progresso ou insucesso dos alunos nas diferentes disciplinas/áreas disciplinares/turmas/anos de escolaridade e procedem ao reajustamento, se necessário, dos processos estratégicos. No final do ano lectivo, a escola realiza uma análise comparativa dos resultados escolares com referenciais nacionais, com os de outros estabelecimentos de ensino com características idênticas ou da mesma região e compara a média das classificações internas com a obtida nos exames nacionais do 3.º ciclo e do Ensino Secundário. Decorrente da análise comparativa e das metas definidas (e.g., a diferença entre a média das classificações internas e a de exame situada no intervalo 0 a 2 valores), em 2008, a escola, identificou como área de maior progresso nos resultados, a disciplina de Matemática, e como áreas de insucesso, as disciplinas de Português e História, onde a diferença entre a média da classificação interna e a obtida no exame nacional do 12.º ano foi de, respectivamente, 2.3 e 3.4 valores. Os órgãos de gestão e as estruturas de coordenação educativa reflectem sobre os motivos explicativos do sucesso ou insucesso e procedem à (re) formulação das acções de melhoria. O abandono escolar apresenta valores residuais, dispondo a escola de mecanismos de prevenção das situações de risco que passam pela articulação entre os vários intervenientes - Directores de Turma, Serviços de Psicologia e Orientação, Núcleo de Apoio Educativo, Comissão de Protecção a Crianças e Jovens em Risco, famílias e Direcção.

#### 1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

A maioria dos alunos entrevistados revelou desconhecer o Projecto Educativo. Conhecem o Regulamento Interno que é divulgado na reunião realizada no início do ano e na página da escola na Internet, sendo-lhes facultado um resumo do mesmo. É evidente a preocupação da escola com o desenvolvimento de um processo educativo orientado por valores de respeito pelos outros e pelo ambiente, de solidariedade e de responsabilidade que promova uma vivência activa da cidadania. Assim é que a problemática dos direitos humanos, da educação sexual, da educação alimentar, da educação para a saúde e da educação estética é trabalhada pelos alunos nas áreas não disciplinares de Formação Cívica e de Projecto, na Educação para a Saúde (oferta da escola), nas actividades/visitas desenvolvidas e nos projectos "Par a Par com a Saúde", "Desporto Escolar", " Rios" e "Eurfood" (intercâmbio com escolas da Finlândia e Espanha). A escola fomenta a participação e a co-responsabilização dos alunos, incentivando-os a colaborar nos clubes, no jornal da escola, em

concursos e campeonatos nacionais e regionais e atribuindo-lhes tarefas de responsabilidade, como, por exemplo, “ assistente de biblioteca”, cuja função é orientar os outros discentes no espaço da Biblioteca. Os alunos são envolvidos na tomada de decisões, através dos seus representantes no Conselho Pedagógico, no Conselho Geral Transitório e nos Conselhos de Turma. As actividades propostas pelos alunos/Associação de Estudantes (à data em processo eleitoral) à Direcção, se bem fundamentadas, são aceites, o que tem contribuído para um clima positivo de participação.

### 1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

Os alunos têm, em geral, um comportamento disciplinado, conhecem e cumprem as regras de funcionamento da escola. As situações de indisciplina, mais frequentes nas turmas dos cursos de educação e formação, são pontuais e os potenciais focos de indisciplina são resolvidos pelos professores, Directores de Turma, Serviços de Psicologia e Orientação, auxiliares de acção educativa em articulação com os pais/encarregados de educação dos alunos e, em casos de maior gravidade, também com a Direcção Executiva. Observa-se um ambiente geral de bom relacionamento entre os diferentes elementos da comunidade escolar, baseado no respeito mútuo. A existência de regras de conduta, assumidas de forma concertada e empenhada pela comunidade educativa, contribui para a criação de um clima tranquilo e propício à aprendizagem. Para fomentar a disciplina, a assiduidade e a pontualidade, a escola realiza reuniões com os pais e os alunos no início do ano lectivo e incorpora estas dimensões nos critérios de avaliação.

### 1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

Os órgãos de gestão e os docentes procuram maximizar o impacto das aprendizagens escolares nos alunos, nas famílias, na comunidade local e nas suas expectativas, garantindo a relação do saber com o desenvolvimento das competências e a preparação dos alunos quer para o prosseguimento de estudos, quer para a futura inserção na vida activa. Também, os projectos de intervenção cívica, já referidos em 1.2, proporcionam experiências de aprendizagem social e afectiva, sem dúvida indispensáveis a um desenvolvimento harmonioso destes jovens. A diversificação da oferta educativa, designadamente as opções profissionalizantes, a reorientação do percurso escolar dos alunos, as medidas de apoio, prestadas aos alunos com necessidades educativas especiais ou com dificuldades de aprendizagem, constituem respostas ajustadas à diversidade de interesses vocacionais dos discentes e às expectativas das famílias e da comunidade local. Todavia, a inexistência de práticas sistemáticas de monitorização do percurso escolar dos alunos em níveis sequenciais, ou na inserção na vida activa não permite à escola demonstrar a qualidade das aprendizagens. Os alunos evidenciam uma forte identificação com a escola e manifestam grande satisfação com a prática de valorização dos seus sucessos, substanciada na entrega de diplomas, de prémios, de uma bolsa de estudo pelo Clube Rotários de Oliveira de Azeméis e de outras iniciativas como “o aluno da semana”, bem como da sua divulgação, através da imprensa escrita, da plataforma Moodle e da afixação na escola.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

### 2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

A Direcção, em conjugação com o Conselho Pedagógico, tem procurado valorizar o papel e a responsabilidade da gestão intermédia na organização pedagógica da escola. Adicionalmente, a escola organizou um período semanal (4.ª feira, a partir das 16.30 h) sem actividades lectivas para que as estruturas de coordenação educativa possam reunir. No sentido de aumentar a eficácia e eficiência das reuniões, os coordenadores dos quatro Departamentos, recentemente constituídos, reúnem, regularmente, com os respectivos assessores das áreas disciplinares com vista ao estabelecimento de orientações e estratégias comuns na análise e resolução de problemas de índole pedagógica e realizam reuniões de Departamentos, seguidas de reuniões das Assessorias Disciplinares. O controlo do cumprimento dos programas, a articulação dos conteúdos das disciplinas, os critérios de avaliação, o estabelecimento de metas mensuráveis no âmbito dos resultados escolares e a identificação de necessidades

de formação dos docentes são realizados no Departamento. As planificações anuais da disciplina por ano de escolaridade, os critérios específicos de avaliação e a análise periódica dos resultados escolares da disciplina são trabalhados na área disciplinar. Destaca-se, também, a articulação a propósito do trabalho em projectos transversais como é o caso do Plano de Acção para a Matemática e do Plano Nacional de Leitura. Os Conselhos de Turma promovem a articulação dos conteúdos das várias disciplinas, dos critérios de avaliação e definem objectivos e metas, quer a nível dos processos, quer dos resultados, nos projectos curriculares de turma. Também, em conjugação com os Serviços de Psicologia e Orientação, implementam medidas preventivas do abandono e insucesso escolares, nomeadamente, no âmbito da (re) orientação dos alunos e das famílias nas opções vocacionais e na optimização dos seus percursos escolares. A articulação inter-departamental é menos conseguida, centrando-se, essencialmente, na preparação e realização de actividades conjuntas (e.g., visitas de estudo), sugerindo um espaço de ampla margem de melhoria. A sequencialidade inter-ciclos de aprendizagem apresenta fragilidades e a ligação entre a escola e as escolas básicas do 2.º e 3.º ciclos é ténue.

## 2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

Não se registam na escola práticas habituais de supervisão e de observação directa da prática lectiva em sala de aula pelos responsáveis das estruturas de coordenação e supervisão pedagógica. Já para este ano lectivo, está prevista a observação de três aulas por professor, no âmbito da avaliação de desempenho do pessoal docente. Assim, o acompanhamento e a supervisão interna da prática lectiva dos docentes ocorrem, principalmente, nos momentos em que se procede à verificação do cumprimento dos programas, à elaboração das planificações, à definição de critérios de avaliação, à monitorização/avaliação dos projectos curriculares de turma e dos planos de recuperação e de acompanhamento. Os docentes procuram calibrar os testes a partir da definição de matrizes nas áreas disciplinares e aferir as classificações, através da discussão dos critérios de avaliação e da análise comparada dos resultados dos alunos na mesma disciplina/ano de escolaridade nos Departamentos, Assessorias Disciplinares e Conselhos de Turma.

## 2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

A liderança de topo e intermédia, os professores e funcionários em geral manifestam grande preocupação com a inclusão de todos os alunos e com a prestação de um serviço educativo que vá ao encontro das suas diferentes necessidades. Esta preocupação centra-se, quer nos alunos com necessidades educativas especiais, quer nos alunos com dificuldades de aprendizagem, ou naqueles que são oriundos de famílias económica e socialmente debilitadas, ou que apresentam elevada desmotivação ou mesmo em risco de abandono. Para cada uma destas categorias de problemas, são identificadas estratégias diferenciadas que passam pelo desenvolvimento de programas educativos individuais pelos professores da turma apoiados pelo psicólogo e pela docente da educação especial; pelos apoios pedagógicos, nas várias disciplinas; pela sala de estudo; pelo reforço curricular; pela orientação do estudo acompanhado para a superação de lacunas em Língua Portuguesa e Matemática; pelo apoio dos serviços de acção social escolar; pelas tutorias e pela orientação escolar com vista à reestruturação do percurso escolar do aluno (e.g., percursos profissionalizantes ou mudança das opções vocacionais no Ensino Secundário). A lógica de orientação dos serviços apresenta um carácter preventivo, procurando responder adequadamente às necessidades dos alunos com dificuldades de aprendizagem de natureza motivacional, relacionadas com metodologias de estudo ineficazes ou com ansiedade face a situações de avaliação. É de relevar a existência de monitorização sistemática dos resultados do apoio implementado. Para além destas medidas de diferenciação positiva, a escola proporciona aos alunos do Ensino Secundário, que vão realizar exames nacionais, aulas suplementares, ministradas pelos professores fora dos seus tempos lectivos.

## 2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

Perante a diversidade de interesses e de expectativas dos alunos em relação ao seu projecto de vida, a escola tem uma oferta formativa e curricular diversificada, ajustada e flexibilizada que sustenta a

estratégia de motivação e inclusão de alunos que procuram percursos escolares alternativos e permite, também, o despertar para os saberes práticos e para as actividades profissionais. A existência de alunos com necessidades educativas especiais, com dificuldades de aprendizagem, ou provenientes de famílias economicamente debilitadas ou em risco de abandono, tem exigido a identificação de estratégias de diferenciação e de diversificação curricular, valorizando e dignificando diferentes saberes de modo a poder chegar a todos e a cada um. O cruzamento do desenvolvimento do currículo formal prescrito com os projectos, clubes e actividades/eventos constantes do Plano Anual de Actividades permite concluir que são proporcionadas aos alunos experiências diversificadas de aprendizagem, desde logo as relacionadas com a educação ambiental, a educação estética e a promoção da saúde. Há uma valorização das actividades culturais e a Biblioteca tem-se constituído como um pólo promotor e aglutinador dessas actividades, ao mesmo tempo que a organização de visitas de estudo a empresas e locais de interesse histórico e cultural possibilita o alargamento a outros saberes e aprendizagens. O desenvolvimento da curiosidade e da cultura científica e o fomento do ensino experimental das ciências são valorizados, havendo evidências de práticas consistentes de ensino experimental, principalmente no Ensino Secundário. Para divulgar e motivar os alunos para o ensino experimental e para o método científico, a escola promove, anualmente, os “Laboratórios Abertos”, actividade que conta com a participação dos alunos, quer da própria escola, quer de outras escolas, bem como de membros da comunidade local.

### 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

#### 3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

Os objectivos estabelecidos no Projecto Educativo, construído de forma participada e mobilizadora da comunidade escolar, constituem-se como quadro de referência para a definição dos planos de acção da escola. Não obstante o Plano Anual de Actividades procurar operacionalizar os objectivos delineados no Projecto Educativo nas suas várias dimensões: curricular, psicossocial, comunitária e organizacional e logística, a inexistência de metas no Projecto Educativo, excepcionando a área dos resultados e abandono escolares, não permite à escola avaliar a eficácia das medidas propostas. Existem outros planos de acção, designadamente os planos de melhoria no âmbito do sucesso na disciplina de Matemática e nas restantes disciplinas (com metas definidas), cuja monitorização e avaliação são feitas pelas estruturas de coordenação educativa e Secção de Avaliação. A Direcção, tendo por base as grandes linhas orientadoras do Projecto Educativo e as orientações emanadas do Conselho Pedagógico, realiza com rigor o planeamento global do ano lectivo. Todas as orientações úteis relativas ao funcionamento do ano escolar (e.g., critérios de avaliação, Projecto Educativo, Projecto Curricular, Regulamento Interno, Plano Anual de Actividades), estão disponíveis na página da escola na Internet, sendo um importante meio de integração na comunidade educativa. As actividades internas da escola estão bem planeadas e distribuídas por diferentes intervenientes na comunidade escolar, contando, por vezes, com a participação dos alunos. Os apoios educativos e as actividades de enriquecimento curricular são organizados em articulação com o funcionamento das actividades lectivas, estando implementado o plano de ocupação plena dos tempos escolares. Regista-se, também, a valorização das áreas curriculares não disciplinares, destacando-se a preocupação em articular a Área de Projecto com projectos da escola (e.g., “Par a par com a Saúde”).

#### 3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A gestão de recursos humanos, facilitada pela estabilidade do corpo docente e não docente, privilegia a adequação das funções ao perfil humano e profissional dos seus destinatários. A distribuição de serviço docente é feita pelo órgão de gestão e rege-se, de acordo com as orientações emanadas do Conselho Pedagógico, por princípios de continuidade e de sequencialidade pedagógica, de equilíbrio e justiça entre os professores no que diz respeito ao número de níveis e de turmas e, ainda, da experiência profissional na atribuição das disciplinas sujeitas a exames nacionais. É dada atenção ao acolhimento e integração de professores novos nos primeiros dias do ano lectivo, quer pela Direcção, quer pelas estruturas de coordenação educativa. Os professores sentem-se bem na escola e valorizam o

ambiente geral de bom relacionamento entre a comunidade escolar, a circulação atempada da informação e a comunicação eficaz. Os serviços administrativos funcionam na modalidade de gestão de processos, o que possibilita a aquisição de competências nas diversas áreas por todos os funcionários, constituindo uma mais-valia para este sector. Os funcionários dos serviços de administração escolar procuram desenvolver um trabalho articulado e eficiente, dificultado, no entanto, pela escassez do equipamento informático. O pessoal auxiliar rege-se por princípios que assentam no trabalho de equipa e na distribuição de tarefas. Apesar da falta de auxiliares de acção educativa implicar alteração regular do serviço distribuído, manifestam disponibilidade para colaborar na organização de actividades/eventos da escola. O Plano de Formação da escola, de 2007/2008, contempla apenas formação para o pessoal docente em áreas identificadas pelos órgãos de gestão e estruturas intermédias, em função dos recursos disponíveis. No que concerne ao pessoal não docente, a formação tem sido esporádica por impossibilidade de resposta do Centro de Formação de Escolas de Oliveira de Azeméis e de soluções alternativas da escola.

### 3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

O espaço da escola oferece boas condições físicas e apresenta-se bem conservado, fruto de um esforço sistemático de manutenção e modernização das instalações de um edifício com quarenta e seis anos de existência. Em 2007/2008, a construção de um novo edifício dotou a escola de bufete, Biblioteca/Centro de Recursos, espaço museológico, sala de alunos e auditório. É de realçar o empenho do órgão de gestão em adequar os espaços, equipamentos e material didáctico à sua diversificada oferta formativa (e.g., pavilhões oficinais remodelados, espaços específicos para a formação: salão de cabeleireiro e restaurante/bar, piscina coberta e uma área florestada com circuito de manutenção), bem como em assegurar a acessibilidade a estes espaços aos cidadãos com mobilidade reduzida (e.g., elevador e rampas de acesso). Igualmente se constata a existência de uma preocupação crescente com a segurança, traduzida na afixação de regras de segurança nos laboratórios, na utilização de material de protecção adequado pelos alunos nas oficinas e laboratórios e na programação do plano de emergência, com a previsão de um simulacro a realizar com a colaboração do corpo de bombeiros de Oliveira de Azeméis. Contudo, o equipamento informático existente não corresponde às necessidades da escola que, face à insuficiência do seu financiamento, está a aguardar a aplicação das medidas previstas no Plano Tecnológico da Educação. A utilização dos recursos financeiros da escola está alinhada, embora não de forma explícita, com os objectivos do seu Projecto Curricular, provindo as suas fontes de financiamento do orçamento de estado, das receitas provenientes da exploração dos serviços do bufete e papelaria, da captação de verbas resultantes do aluguer das instalações, da adesão a projectos, do Fundo Social Europeu/Programa Operacional do Potencial Humano, de donativos dos pais/encarregados de educação e conta, ainda, com a colaboração de empresas e da autarquia a nível da prestação de diversos serviços.

### 3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

A relação dos pais/encarregados de educação com a escola constitui uma área onde se constata um grande empenhamento por parte dos órgãos de gestão e das lideranças intermédias. Existe uma preocupação permanente em aprofundar a participação dos pais na vida da escola e em envolvê-los no processo educativo, quer através da realização de reuniões com os pais/encarregados de educação no início do ano lectivo, da promoção de actividades, da flexibilização do horário de atendimento dos Directores de Turma e da participação da Direcção nas assembleias da Associação de Pais e Encarregados de Educação, quer da informação disponibilizada na página da escola na Internet. A escola considera que, não obstante os esforços desenvolvidos, a participação dos pais/encarregados de educação é pouca significativa, restringindo-se, essencialmente, à sua representação nos órgãos onde têm assento. Já à Associação de Pais e Encarregados de Educação sente-se bastante identificada com a escola, valoriza o trabalho de articulação com a Direcção e colabora activamente na resolução dos problemas que afectam a acção educativa da escola. No que diz respeito à cooperação com outros membros da comunidade educativa destaca-se a existência de parcerias/protocolos com a Autarquia, Universidade de Aveiro, Escola Superior de Enfermagem, Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, no âmbito do Programa Novas Oportunidades e das Escolas Promotoras de Saúde.

### 3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

A escola procura praticar no quotidiano vivencial uma política generalizada de equidade e justiça, seja na inserção dos alunos nas turmas, na escolha de horários, no acesso às actividades e projectos, seja na resolução de problemas sociais e disciplinares. Verifica-se, em todos os elementos da comunidade escolar, uma preocupação com a inclusão de todos os alunos independentemente da sua condição económica, social ou de capacidade de aprendizagem. A resposta à heterogeneidade passa, sobretudo, pela diversificação da sua oferta formativa e pela diferenciação positiva dos apoios, quer sejam de carácter socioeconómico, quer respeitem às dificuldades de aprendizagem ou necessidades educativas especiais. Alunos e pais têm uma imagem positiva sobre critérios de justiça curricular, justificando-a, por exemplo, com a explicitação dos critérios de avaliação e com o acompanhamento próximo e empenhado dos docentes.

## 4. LIDERANÇA

### 4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

A Direcção, em articulação com os órgãos de gestão e as estruturas intermédias, define objectivos e desenvolve um programa de intervenção ajustado à escola e às necessidades de qualificação sociocultural da comunidade educativa. Contudo, como só recentemente foram estabelecidas algumas metas mensuráveis, não é possível comprovar a eficácia dos planos de melhoria implementados. A oferta educativa, definida em função das expectativas dos alunos, das famílias e da comunidade local, é diversificada e adaptada às necessidades do meio empresarial do concelho. Também, o Centro de Novas Oportunidades, sedado na escola, tem dado resposta às necessidades de formação da população adulta que procura obter a certificação das suas competências a nível do 3.º ciclo e do Ensino Secundário. A organização e a diversidade de cursos profissionalizantes fazem com que a escola seja procurada por pais e alunos e reconhecida pela comunidade educativa. Consciente das projecções demográficas e económicas para o concelho – diminuição da população jovem, transformações do tecido industrial e crescente procura de mão-de-obra qualificada e de população empreendedora –, a escola aposta, embora de forma não programada, na melhoria dos resultados escolares, na redução do abandono escolar, na qualidade das instalações e equipamentos e no reforço das alternativas profissionalizantes.

### 4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

A Direcção conhece bem a sua área de acção e pratica uma gestão eficaz e motivadora do comprometimento e responsabilidade dos diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa. Assume que tem tido alguma dificuldade em legitimar algumas propostas, como, por exemplo, o estabelecimento de metas mensuráveis no Projecto Educativo. Há um esforço por parte dos órgãos de gestão em trabalhar de forma articulada e em complementaridade, tendo, este ano lectivo, sido definidas metas claras e quantificáveis no domínio dos resultados. As lideranças intermédias, apesar de algumas fragilidades no exercício das suas funções, estão, também, empenhadas na melhoria dos resultados dos alunos. A assiduidade dos professores não compromete a actividade educativa. Neste particular, o órgão de gestão tem implementado medidas (e.g., permuta de aulas entre docentes da turma) que contribuem para a diminuição do absentismo.

### 4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

A escola manifesta uma atitude de inovação e criatividade na resolução dos seus problemas, con-substanciada na diversidade da oferta formativa, de actividades de enriquecimento curricular e de projectos nacionais e internacionais, na aposta nas novas tecnologias de informação e comunicação (e.g., cartão electrónico, plataforma Moodle, página da escola na Internet, sistema de vigilância), na adesão a novas ofertas curriculares no âmbito do programa Novas Oportunidades e na modernização da Biblioteca/Centro de Recursos A escola está atenta às oportunidades, procurando manter ajustada

a sua oferta formativa às necessidades da comunidade local e prevendo actualizar o seu equipamento informático, através da adesão ao Plano Tecnológico da Educação.

#### 4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

A escola estabelece uma dinâmica de articulação com a comunidade local, firmando parcerias/protocolos com a Universidade de Aveiro e com entidades concelhias, como a Câmara Municipal, Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha, Centro de Saúde, Associação Empresarial e Comercial de Oliveira de Azeméis e empresas, no âmbito do Programa Novas Oportunidades, dos cursos profissionalizantes e das escolas promotoras de saúde. Para complementar a sua acção educativa, a escola envolve-se em projectos com impacto na aquisição de competências culturais, cívicas e sociais, designadamente “Par a par com a saúde”, “Rios”, “Grundteving” e “Rede nacional de Bibliotecas Escolares”. Colabora, ainda, com a comunidade, cedendo espaços para a realização de eventos promovidos por diversas entidades (e.g., Universidade Sénior, a União Desportiva Oliveirense e a Escola Livre de Azeméis), e fornece refeições a algumas instituições do concelho.

### 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

#### 5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

Em 2005, a Secção de Avaliação do Conselho Pedagógico iniciou um processo de auto-avaliação que incidiu sobre todas as áreas de funcionamento da escola, tendo os resultados dos inquéritos e entrevistas a alunos, professores, pais e funcionários e a análise das actas e pareceres dos órgãos de gestão e das estruturas de orientação educativa permitido a identificação de pontos fortes e de áreas de melhoria que serviram de suporte à construção do seu Projecto Educativo. Contudo, o processo sofreu uma interrupção em 2006 e foi reiniciado, em 2007, pela Secção de Avaliação que elaborou o designado Plano de Acção de Avaliação dos resultados escolares (onde constam as etapas do processo e respectiva calendarização). Definidas as metas, foram elaborados planos de melhoria pelas diversas estruturas de coordenação educativa. Esses planos são monitorizados e a avaliação dos resultados obtidos parece servir para actuar correctamente. Contudo, falta uma reflexão intencionalmente dirigida para a concepção de planos de acção devidamente estruturados e passíveis de comprovar a sua relevância na melhoria efectiva da qualidade das aprendizagens e do desempenho global da organização. Apesar do empenho da escola em promover práticas de auto-avaliação, o processo não está, ainda, consolidado, carecendo do envolvimento mais activo da comunidade educativa, do alargamento a outras áreas de funcionamento da escola e do aperfeiçoamento de métodos e de processos, designadamente no que concerne à explicitação e estruturação dos critérios, indicadores e padrões de qualidade, para que ganhe credibilidade e seja um potencial de desenvolvimento contínuo.

#### 5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

A estabilidade e motivação dos professores, o grau de satisfação dos alunos e respectivos encarregados de educação, a qualidade do clima interno, a diversidade da oferta formativa e o bom relacionamento com a comunidade local e outros parceiros sociais são pontos fortes identificados pela escola que lhe tem permitido realizar um progresso sustentado. Para superar ou atenuar os seus pontos fracos, a escola tem desenvolvido acções de melhoria, cuja eficácia é difícil de comprovar por não serem, habitualmente, definidas metas avaliáveis. No que concerne à sustentabilidade do seu progresso, a escola mostra estar atenta às oportunidades e identifica como condição externa, potencialmente limitativa do seu progresso, o agravamento das condições económicas e financeiras do país com consequentes repercussões nas empresas do concelho que asseguram a formação em contexto de trabalho dos alunos dos cursos profissionalizantes. Para minimizar o seu impacto, a escola pretende melhorar a qualidade das instalações e dos equipamentos, estreitar os laços com a comunidade local e reforçar as alternativas profissionalizantes.

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos da escola (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam a escola e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

### Pontos fortes

- A evolução dos resultados escolares no último triénio e as taxas de sucesso nos percursos profissionalizantes.
- A liderança, com sentido estratégico e partilhada, com reflexos na cultura organizacional de colaboração e no bom ambiente educativo.
- O seu potencial como escola inclusiva (oferta formativa diversificada e estratégias diferenciadoras para responder a situações sociais, económicas e de intervenção junto dos alunos).
- A motivação e empenho dos órgãos, das estruturas de coordenação educativa e dos professores na melhoria dos resultados escolares.

### Pontos fracos

- O decréscimo dos resultados nos exames nacionais de Português e História/12.ºano, em 2008.
- A ausência no Projecto Educativo de metas e indicadores concretos que permitam avaliar a eficácia das diferentes medidas implementadas.
- A frágil articulação inter-departamental e a insuficiente supervisão e observação da prática lectiva em sala de aula.
- A reduzida abrangência do processo de auto-avaliação.

### Oportunidades

- A persistência de adultos com baixos níveis de escolarização no concelho poderá potenciar o alargamento da oferta curricular do Programa Novas Oportunidades, com o consequente aumento de alunos.

### Constrangimentos

- O agravamento da situação económica e financeira das empresas do concelho poderá comprometer a formação em contexto de trabalho dos alunos dos percursos qualificantes.

A Equipa de Avaliação Externa: Maria Madalena Moreira, João Paulo Gomes, António Neto Mendes.